

Apresentação

Em um contexto de uma grave crise humanitária internacional, que atinge o continente hegemônico das lutas pelas liberdades individuais e coletivas, a Europa, em decorrência de um Médio Oriente, assolado por guerras civis e ações de grupos terroristas, que veem produzindo gigantescos contingentes de refugiados, que se deslocam dessas áreas de conflito, almejando conviver com a sociedade europeia, simultaneamente, a esse quadro de negação de direitos à vida e à dignidade humana, no Brasil, a sociedade observa, imóvel e insensível, o genocídio que se processa contra os Guarani Kaiowa, transformando o estado do Mato Grosso do Sul em território do terror, onde as apropriações das terras indígenas passaram a ser alvo de especulação e apropriação. Este processo tem sido mediado por uma afronta à Constituição ao transferir para o Congresso Nacional o poder de demarcação das terras dos povos originários. Todo este conjunto de elementos requer o reconhecimento do papel da ciência geográfica na reflexão e na denúncia destas graves condições de reprodução da vida, pois, de um lado, para alguns cabe o refúgio; de outro, aos indígenas, nem mesmo esta possibilidade se estabelece, uma vez que sua expropriação se configura em extermínio.

Tudo isso exige que a comunidade geográfica se posicione em suas diversas frentes organizativas, apontando caminhos de formação humanística em seus cursos de graduação, nos seus grupos de pesquisa, nos objetos de suas investigações, uma vez que o pragmatismo científico não pode sucumbir a centralidade de que a ciência é uma manifestação humana e à esta humanidade deve estar voltada.

Esperamos que essa possa a ser a leitura condutora (o sentido de humanidade) das produções científicas que apresentamos neste número de **Estudos Geográficos**, organizados em cinco seções: urbana, climática, ambiental, agrária e política.

Neste sentido, o artigo que abre essa edição do periódico intitula-se “**Os Possíveis Limites da Máquina Urbana de Produzir Riquezas**”, cuja autoria é de Luccas Ribeiro do Couto, Doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), texto no qual o pesquisador considera que as transformações ocorridas no espaço urbano, em sua morfologia e economia, são maneiras de expressar o alicerce da reprodução social, concluindo, em sua análise, que é a crise do trabalho produtivo e, conseqüentemente, da valorização, que estabelece, contemporaneamente, esta forma de ser do urbano.

O texto que sequencia a seção de urbana denomina-se “**Processo de Conurbação: elementos espaciais do fenômeno em área não metropolitana**”, de autoria de Alexandre Eduardo Santos e Dimas Moraes Peixinho, respectivamente, Mestrando em Geografia e Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), artigo no qual os pesquisadores discutem o fenômeno da conurbação em área não metropolitana, a denominada Conurbação do Araguaia, constituída pela junção das cidades de Barra do Garças (MT), Pontal do Araguaia (MT) e Aragarças (GO), abarcando, dessa maneira, três distintos municípios de duas unidades federativas, que expressam a formação de “um novo tipo de organização espacial urbana”. No desenvolvimento de sua análise, os autores realizam uma discussão teórica acerca da referida temática, empreendendo, simultaneamente, uma análise de como essa problemática tem se expressado no contexto espacial em estudo. Dessa maneira, o trabalho procura compreender o fenômeno e sua

expressão, apontando seus elementos e dinâmicas, que abarcam interações espaciais, limites político-administrativos e inter-relações socioeconômicas.

“Projeções da Expansão Urbana Propostas pelos Planos Urbanos de Teresina-PI” é o artigo que finaliza essa primeira seção, no qual Rodrigo da Silva Rodrigues e Francisco de Assis Veloso Filho, Docentes da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), realizam uma síntese das projeções da expansão da área urbana desta espacialidade, mediante uma caracterização de seus planos urbanos, a saber: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1969); o Plano Estrutural de Teresina (1977); o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1983); o II Plano Estrutural de Teresina (1988) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 (restituído em 2006), inferindo os autores que nos dois primeiros planos projetava-se uma expansão nos sentidos Leste e Sul, não se verificando um direcionamento postulado para a Zona Norte. Contudo, nos dois últimos planos, não se observa uma diretriz para expansão urbana da cidade em um determinado sentido, verificando-se tão somente diretrizes gerais, a exemplo, da descentralização da cidade e da ocupação das lacunas urbanas.

No artigo **“Distribuição Pluviométrica na Região de Joinville (SC)”**, a autora Yara de Mello, Mestranda em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (Univille), objetiva analisar a distribuição de precipitação pluviométrica na região de Joinville como contribuição efetiva ao desenvolvimento dessa espacialidade, concluindo em seu estudo que o volume de precipitação é maior quanto mais próximo a frente da serra, declinando em direção ao planalto, sendo sua média anual de 1.954,1 mm e a sua média mensal de 167,6 mm.

Em **“Precipitação Pluviométrica na Estação Ecológica do Taim (RS)”**, os autores João Paulo Delapasse Simioni, Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Cássio Arthur Wollmann, Docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), analisam a precipitação pluviométrica na Estação Ecológica do Taim, através de informações do sensor TRMM, coletadas junto ao banco de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), inferindo que o objeto em estudo caracteriza-se por apresentar elevada variabilidade e que o monitoramento climático das Unidades de Conservação (UCs) pode contribuir significativamente com o Plano de Manejo das UCs.

No artigo intitulado **“Geografia do Saneamento Básico no Norte de Minas Gerais nos Anos de 2000 e 2010”**, Marcos Esdras Leite, Docente na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e Fernando Hiago Souza Fernandes, Mestrando em Geociências Aplicadas pela Universidade de Brasília (UNB), analisam os indicadores de saneamento básico (abastecimento de água/esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos domésticos e água tratada) nos municípios que constituem a mesorregião Norte do estado de Minas Gerais, entre os anos de 2000 a 2010. Os resultados obtidos pelos pesquisadores identificaram progressos significativos nos indicadores de acesso da população aos serviços de saneamento básico nessa espacialidade, sobretudo, caracterizada pelo reduzido dinamismo econômico e baixos indicadores sociais. O avanço desses indicadores encontra-se especialmente relacionado à concentração urbana, fato que, no entendimento dos autores, colabora para a implementação dos serviços e acesso da população.

No texto **“Análise Socioambiental da Incidência de Dengue no Distrito Sanitário da COHAB, São Luís (MA)”**, Yata Anderson Gonzaga Masullo Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), possui o objetivo de aferir as condições socioambientais e as políticas públicas que influenciam na ocorrência de Dengue, no Distrito Sanitário da

COHAB em São Luís – MA, procurando relacionar à propagação da doença com o inchaço urbano. A pesquisa procurou mapear a dinâmica espacial do *Aedes Aegypti*, relacionando tendências, variações e alterações climáticas, que colaboram com a propagação do mosquito transmissor da doença e auferindo as condições socioambientais urbanas. A partir do estudo desenvolvido, a pesquisadora conclui que, mesmo com a significativa influência das questões ambientais, os condicionantes sociais constituem os principais fatores para a proliferação da doença, que concentra sua maior incidência em aglomerados subnormais e em áreas com indivíduos vivendo em condições de extrema pobreza.

A seguir, apresentamos um conjunto de artigos que procuram discutir dois conceitos que veem se tornando extremamente caros a **Geografia**, enquanto ciência do **espaço** e do **território**, sobre os quais se dedicaram em elucidar Milton Santos, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Rui Moreira, entre outros tantos geógrafos. Neste sentido, o artigo intitulado **“A Organização Espacial como Categoria de Análise da Geografia”**, de autoria de Emerson Lizandro Dias Silveira, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no qual o pesquisador investiga conceitos da organização espacial, como fundamentos teóricos essenciais para o entendimento de um estudo de caso acerca do município gaúcho de Rio Pardo. Em um primeiro momento, o autor salienta a significância dos fundamentos teóricos que concedem corpo a Geografia, enquanto ciência, partindo de uma discussão acerca do conceito de espaço, e como este, diante dos movimentos do meio social, forma-se e transforma-se. Ainda em seu artigo, o pesquisador discute como esse conceito responde aos movimentos específicos do capital, reordenando-se e adotando novas dinâmicas, permitindo novos pontos de partida, concedendo ao espaço um dinamismo que lhe é inerente e, por fim, procura identificar a aplicabilidade dos pressupostos teóricos acerca da organização espacial, possuindo como objeto empírico o município gaúcho de Rio Pardo.

No artigo que concede sequência a essa seção, denominado **“O Esporte Amador como Demarcador Territorial: O Caso dos Jogos Abertos de Santa Catarina”**, de autoria conjunta de Camila da Cunha Nunes e Marcos Antônio Mattedi, respectivamente, Doutoranda e Docente da Universidade Regional de Blumenau (FURB), os pesquisadores observam que o estado de Santa Catarina, economicamente, caracteriza-se pela especialização e disseminação das atividades produtivas sobre seu território. Contudo, a dinâmica de espacialização vislumbrada nas atividades esportivas amadoras comporta uma lógica de territorialização inerente e diversa das atividades esportivas profissionais, não se atrelando a lógica de distinção espacial produtiva. A partir da apresentação desses elementos, os autores deste estudo procuram analisar os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) como fator de territorialização esportiva, considerando em sua pesquisa que o circuito do esporte amador catarinense pode ser caracterizado territorialmente de forma assimétrica, sugerindo uma concentração espacial desportiva dos municípios situados em seu litoral, em referência à conquista do título geral dos Jogos Abertos.

Em **“As Características Econômicas da Mesorregião Leste Sul-Matogrossense e o Modo de Vida Camponês como Possibilidade”**, Thayná Nogueira Gomes, Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), objetiva em seu texto discutir os liames do desenvolvimento contraditório do sistema capitalista, o papel do camponês e suas virtuosidades diante das crises mundiais de caráter alimentar, elegendo como base empírica de sua pesquisa a mesorregião leste Sul-Matogrossense, caracterizada pela autora pela sua dinâmica econômica, em razão do crescente número de suas

exportações e de sua inserção no mercado exterior, promovida pelo aparelho estatal e suas políticas de incentivos fiscais, que se tornando um polo de atração do segundo setor para essa região, objetiva elevar o crescimento econômico do Estado. Contudo, observa a pesquisadora, que o lucro com as exportações transformou-se em um bem de primeira necessidade do poder estatal, em prejuízo dos demais setores da sociedade, como os projetos de assentamentos de reforma agrária, que em sua grande maioria objetiva a produção de alimentos saudáveis.

Por fim, fechando esta edição de **Estudos Geográficos**, apresentamos o artigo intitulado “**Notas para Discussão sobre Conservadorismo e Desenvolvimento nos Governos Lula (2003-2011)**”, no qual os autores Luís Gabriel Menten Mendoza, Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro, e Angelita Matos Souza, Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro, discorrem acerca dos governos Luís Ignácio Lula da Silva (2003-2011), abordando, em um primeiro momento, seu significado político e analisando o que consideram uma guinada conservadora deste projeto político a partir da leitura de alguns autores, tais como: Singer (2012); Nobre (2010, 2011); Sader (2013) e Belluzzo (2013). Em um segundo momento do texto, discorrem acerca do desenvolvimentismo e o entendimento dos governos Luís Ignácio Lula da Silva a partir de autores como Bastos (2012a), Belluzzo (2013), Alves (2014) e Boito Jr. (2012) e concluindo o artigo articulam as primeiras discussões, assinalando argumentos e dados da produção industrial, apontando barreiras do desenvolvimentismo na “Era Lula” e sua dependência de investimentos externo.

Dessa maneira, procuramos apresentar nesta nova edição de **Estudos Geográficos** um conjunto de artigos de diversas bases conceituais e empíricas, que enaltecem a produção geográfica brasileira. Por fim, agradecemos aos pareceristas que contribuíram com a publicação desta edição, ao mesmo tempo em que desejamos a todos uma excelente leitura!

Dorival Borelli Filho
José Gilberto de Souza
Editores